

ANÁLISE DE INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DAS EMPRESAS PREMIADAS PELO TROFÉU TRANSPARÊNCIA ANEFAC/FIPECAFI/SERASA 2013

SEGMENT INFORMATION ANALYSIS OF COMPANIES THAT WON TRANSPARENCY TROPHY ANEFAC-FIPECAFI-SERASA 2013

VALÉRIA APARECIDA ALVES PINHEIRO

Pós-graduada no Programa de MBA em IFRS da FIPECAFI. Contadora responsável do escritório Manassés Serviços Contábeis e Administrativos Ltda. E-mail: valeria@manassescontabilidade.com.br

CAMILA PEREIRA BOSCOV

Doutora em Ciências Contábeis pelo Universidade de São Paulo (USP). Professora do Insper-SP. E-mail: camila.boscov@gmail.com

Endereço: Rua Trajano Reis, 777, apto 91C2 - Jardim das Vertentes - São Paulo - SP - CEP 05.541-030.

Recebido em: 03.02.2014. Revisado por pares em: 11.02.2015. Aceito em: 21.02.2015. Publicado em: 30.04.2015. Avaliado pelo sistema *double blind review*.

Resumo: A partir de 2010 as companhias abertas brasileiras começaram a elaborar suas demonstrações financeiras de acordo com normas contábeis internacionais. Uma dessas novas normas, o Pronunciamento técnico CPC 22 ou IFRS 08, exige que seja elaborada uma nota explicativa com informações dos segmentos de negócio da corporação. Este trabalho tem como objetivo investigar o grau de *disclosure* desse relatório de segmentos nas empresas premiadas pelo Troféu Transparência 2013 Anefac/Fipecafi/Serasa. Para isso, após coleta das demonstrações contábeis no *site* da Anefac, do ano de 2012, efetuou-se uma análise de conteúdo das notas explicativas referentes às informações por segmento, com o objetivo de evidenciar o atendimento ou não dos requisitos de cada exigência do CPC 22, isoladamente. A amostra pesquisada contemplou as 20 empresas premiadas em 2013, porém apenas 11 delas divulgaram informações por segmento. Após análise, verificou-se um baixo nível de divulgação e concluiu-se que algumas informações são divulgadas com maior frequência ao passo que existe uma tendência em ocultar determinadas informações que podem ser tidas como estratégicas tais como o grau de dependência de clientes e os dados por regiões geográficas. Este artigo pode contribuir como um ponto de atenção para que as empresas elaborem tal nota explicativa com um maior detalhamento de informações. O relatório, sendo divulgado com todas as exigências estabelecidas pelo regulador, pode servir como um instrumento útil para que analistas obtenham dados anteriormente só conhecidos gerencialmente.

Palavras-chave: Normas contábeis internacionais. Divulgação. Informações por segmento. CPC 22.

Abstract: *Since 2010, Brazilian listed companies started to prepare their financial statements according to International Accounting Standards. One of these new standards, CPC 22 or IFRS 08, stated that it must be prepared a footnote with the company business segment. The aim of this article is to investigate the disclosure degree of this segment report in companies that won the Transparency Trophy 2013 Anefac/Fipecafi/Serasa. In this regard, after the collection of financial statements in Anefac site, it was made a content analysis of footnotes regarding segment information, with the goal of showing whether the demands of CPC 22 are met or not, individually. The researched sample consisted of the 20 companies that won the Trophy in 2013; however, only 11 disclosed segment information. After analysis, it was verified a low degree of disclosure, and it can be concluded that some pieces of information are more frequently provided, while there is a tendency of not showing other pieces that could be considered strategic, as the clients' dependence degree and local areas data. This article can help to draw companies' attention to prepare more detailed footnotes. As the report is disclosed with all demands established by the regulator, it can be a very useful tool for analysts to obtain data that were previously known only administratively. For future studies, we recommend a deeper investigation with market analysts concerning satisfaction regarding information disclosed in segment footnotes.*

Keywords: *International accounting rules. Disclosure. Segment information. CPC 22.*

1 INTRODUÇÃO

Com a adoção no Brasil das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS, sigla em inglês), por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as companhias brasileiras a partir de 1º de janeiro de 2008 tiveram que adequar e publicar as Demonstrações Financeiras em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos. Desde então, diversos Pronunciamentos Técnicos têm sido emitidos e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para a preparação dos balanços individuais e/ou consolidados das empresas abertas.

Um destes Pronunciamentos Técnicos é o CPC 22 – Informações por segmento, emitido em 26 de junho de 2009, elaborado a partir do IFRS 8 – Operating Segments, com o objetivo de divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócio nos quais está envolvida e os ambientes econômicos em que opera. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009).

O pronunciamento CPC 22 lista uma série de exigências a serem cumpridas pelas companhias, como por exemplo, ativos, passivos, receitas e despesas por segmento, explicações sobre critérios de mensuração, conciliação com o total IFRS, informações sobre produtos, serviços, clientes, áreas geográficas, etc. Com a divulgação de tais informações os usuários das demonstrações contábeis terão acesso a informações antes somente conhecidas gerencialmente.

Conhecer informações gerenciais de uma companhia pode ser importante no processo de tomada de decisão dos analistas. Iudícibus *et al.* (2010, p. 629) defendem que as informações por segmento fornecem aos usuários da informação “[...] o amparo necessário às análises envolvendo operações de risco e retorno das atividades operacionais, *mix* de produtos e serviços, presença em mercados ou áreas geográficas específicas etc.”. Já Kou e Hussain (2007) concluíram que informações segmentadas melhoram a previsão de fluxos de caixa futuros.

Além dos usuários serem beneficiados, empresas com elevado nível de transparência tende a apresentar baixo custo de capital. O estudo de Botosan (1997) conclui que companhias onde não há acesso privilegiado a informação, quanto maior o grau de transparência, menor é o custo do capital.

Porém existe um receio, por parte de alguns preparadores de demonstrações contábeis, em divulgar certas informações gerenciais consideradas por eles como estratégicas. Birt *et al.* (2004.) evidenciam que alguns aspectos, como a previsão das vendas e dos lucros, fatores como competitividade e *benchmark* impactam o nível de divulgação das informações por segmento. Para Mourad (2009) as informações por segmento auxiliam no entendimento do negócio como um todo e ganham caráter estratégico e suscetível a erros, o que torna as empresas cautelosas ao divulgarem as informações para não causarem impactos negativos.

Boskov (2009) cita que a divulgação de informações por segmento pode ser fator para melhorar a qualidade da informação contábil; no entanto pode apresentar resistências em sua implantação devido ao aumento de custos para publicação e auditoria bem como fornecimento de informações privilegiadas aos concorrentes.

Diante desta contextualização, o presente estudo busca responder a seguinte questão: Qual é o grau de divulgação das informações por segmento das empresas premiadas pelo Troféu Transparência 2013 Anefac/Fipecafi/Serasa?

Visando responder a questão da pesquisa, o objetivo deste estudo é analisar a nota explicativa de informações por segmentos contida nas Demonstrações Contábeis das empresas premiadas pelo Troféu Transparência 2013 Anefac/Fipecafi/Serasa, buscando identificar se as informações fornecidas estão em conformidade com o disposto no CPC 22 – Informações por segmento.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por segmento especifica como a empresa deve divulgar as informações sobre seus segmentos operacionais nas demonstrações contábeis e também informações relativas aos seus produtos e serviços, áreas geográficas e principais clientes. Tais informações permitem aos usuários avaliarem a natureza e os efeitos financeiros do negócio, analisarem os riscos e o ambiente econômico que a empresa atua (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009).

Seu alcance abrange as demonstrações financeiras separadas, consolidadas ou individuais, tendo instrumentos de dívidas ou patrimoniais negociados no mercado de capitais, ou ainda que tenha depositado - ou estejam em vias de depositar - suas Demonstrações Contábeis (DCs) na CVM ou de outra organização reguladora (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009).

Schvirck *et al.* (2014), analisaram 47 companhias abertas que compunham o índice IBrX no mês de dezembro de 2012 e concluíram que 96% das empresas publicaram o relatório de informações por segmentos.

Para Garrison, Norren e Brewer (2007), um segmento operacional é uma parte ou atividade da companhia pelo qual os administradores possuem ou gostariam de possuir informações para tomadas de decisões, dados de custo, receitas ou lucros. Exemplos destes segmentos seriam setores da empresa, territórios de vendas, departamentos, linhas de produtos.

Já Iudícibus *et al.* (2010) afirmam que é de extrema importância que a divisão em segmentos represente, sempre que possível, a maneira como a administração da empresa gere e avalia o próprio desempenho e, ainda, que a segmentação das informações permitam que os usuários compreendam o histórico da entidade e as tendências sobre períodos futuros.

Essa representação adequada pode auxiliar, segundo Hermann e Thomas (1997), os usuários das informações contábeis, na capacidade preditiva, precificação e avaliação de riscos. A norma estabelece que a empresa precisa quebrar a sua demonstração consolidada em diversos segmentos de atuação e divulgar informações de ativos, passivos, receitas e despesas para cada um desses segmentos. Essa segmentação deve ser feita da mesma maneira que é realizada gerencialmente pela companhia.

Não é necessário que todos os segmentos sejam evidenciados, apenas aqueles que foram mais representativos. Para ajudar nessa escolha, o CPC 22 apresenta dois testes quantitativos, os de 10% e o de 75%. A companhia poderá divulgar segmentos operacionais que não se enquadrem aos limites relacionados anteriormente se a administração considerar a informação relevante para os usuários das demonstrações contábeis.

BoscoV (2009) relata que os testes quantitativos podem ser vistos como um guia de orientação, fornecendo informações suficientes para determinação dos segmentos que devem ser divulgados, servindo para facilitar a consistência e aderência à norma de informações por segmentos.

A entidade deve divulgar também informações que possibilitem ao usuário das demonstrações financeiras avaliar a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócio em que estão envolvidas e o ambiente econômico em que opera. Para aplicação deste quesito o CPC 22 especifica as informações a serem divulgadas em relação a cada período.

O Quadro 1 apresenta uma compilação de todas as informações que os preparadores de demonstrações contábeis deveriam divulgar ao elaborarem a nota explicativa sobre suas informações por segmento.

Quadro 1 - Requisitos de Divulgação CPC 22

Categoria	Requisitos CPC 22
	- Divulgou os fatores utilizados para identificar os segmentos divulgáveis da entidade (item 22 CPC)?
01	- Fatores utilizados para identificar os segmentos divulgáveis da entidade (áreas geográficas, produtos ou serviços etc.)
02	- Tipos de produtos ou serviços de cada segmento divulgado
	- Divulgou as informações sobre o lucro ou prejuízo, ativo e passivo dos segmentos divulgáveis (item 23 do CPC)?
03	- Lucro ou prejuízo do segmento divulgável
04	- Ativo total do segmento divulgável
05	- Passivo do segmento divulgável (somente quando apresentado regularmente ao principal gestor)
	- Evidenciou as informações para cada segmento divulgável (item 23 do CPC)?
06	- Receitas provenientes de clientes externos;
07	- Receitas de transações com outros segmentos operacionais da mesma entidade;
08	- Receitas financeiras;
09	- Despesas financeiras;
10	- Depreciação e amortização;
11	- Itens significativos de receitas e despesas (de acordo item 97 CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis);

continua...

conclusão.

Categoria	Requisitos CPC 22
12	- a participação da entidade nos lucros ou prejuízos de coligadas e joint ventures contabilizados pelo método de equivalência patrimonial;
13	- despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social; e
14	- itens não caixa considerados materiais, exceto depreciação e amortização.
	Explicou as mensurações sobre o lucro ou prejuízo, ativo e passivo para cada segmento divulgável (item 27 do CPC)?
15	- a base de contabilização para quaisquer transações entre os segmentos divulgáveis;
16	- a natureza de quaisquer diferenças entre as mensurações do resultado dos segmentos divulgáveis e o resultado da entidade antes das despesas de imposto de renda e contribuição social e das operações descontinuadas;
17	- a natureza de quaisquer diferenças entre as mensurações dos ativos dos segmentos divulgáveis e dos ativos da entidade;
18	- a natureza de quaisquer diferenças entre as mensurações dos passivos dos segmentos divulgáveis e dos passivos da entidade;
19	- a natureza de alterações nos critérios de mensurações;
20	- a natureza e o efeito de alocações assimétricas a segmentos divulgáveis.
	Conciliação (item 28 do CPC)
21	- Receitas;
22	- Lucro ou prejuízo;
23	- Ativos;
24	- Passivos;
25	- Outros itens materiais das informações evidenciadas.
	Informações sobre produtos e serviços (item 32 do CPC)
26	- Receitas de clientes externos
	Informações sobre áreas geográficas (item 33 do CPC)
27	- Receitas de clientes externos atribuídas ao país-sede
28	- Receitas de clientes externos atribuídas a cada país estrangeiro
29	- Ativo não circulante localizados no país-sede
30	- Ativo não circulante localizados em cada país estrangeiro
31	- Informações por região
	Informações sobre principais clientes (item 34 do CPC)
32	- Grau de dependência dos seus principais clientes
33	- Divulgação do montante das receitas
	Informações sobre principal gestor
34	- Principal gestor que utiliza as informações por segmento

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Pode ser percebido que há uma série de informações a serem divulgadas. O que torna a confecção dessa nota explicativa trabalhosa e custosa para a companhia, além de haver mais gastos com a auditoria das mesmas. Muitas informações listadas no Quadro 1, como principais clientes, receitas por áreas geográficas, receitas por produto, eram conhecidas somente na contabilidade gerencial e não eram divulgadas.

Alguns estudos auxiliam na análise da implantação da norma, demonstrando os reflexos da implantação e divulgação pelas companhias. O estudo de Mourad (2009), evidencia que a qualidade das informações a serem divulgadas pelas companhias podem ser diretamente influenciadas pelo temor em relação ao custo da concorrência. Em resposta

ao questionário enviado aos profissionais com conhecimento em IFRS, esses afirmam que todas as empresas possuem informações privilegiadas e estratégicas que não querem divulgar ao mercado.

O executivo Bruno Melo, da Petrobras, em entrevista realizada por Boscov (2009, p. 90), considera que “[...] um problema da norma é que as empresas divulgam só o que elas querem, selecionam as informações”. Já Nichols e Street (1999) relatam que os preparadores de demonstrações contábeis podem gerenciar algumas informações da norma para enaltecerem segmentos mais rentáveis.

O estudo realizado por Aillón *et al.* (2012, p. 13) relatam que existe “[...] uma tendência de ocultar informações nas notas explicativas de informações por segmento, ou seja, suprime-se a divulgação das informações quando as organizações não apresentam resultados positivos”.

Boscov (2009, p. 122) averigua ainda que:

A implementação do normativo não será fácil, rápida e barata, pois existem problemas relacionados à parametrização de sistemas contábeis, comunicação entre as áreas gerenciais e financeiras, resistências internas, elevado detalhamento de dados, aumento no preço da auditoria e publicação das informações.

Schvirck, Lunkes e Gasparetto (2013) analisaram as notas explicativas de 81 companhias abertas selecionadas entre as maiores empresas, na edição 2010 da Revista Maiores e Melhores. Os resultados mostram que há empresas que não fizeram qualquer referência a informações por segmentos e 27% das instituições agruparam as atividades em um único segmento.

Alguns autores analisam os motivos que levariam os preparadores a não divulgarem informações geográficas. Mande e Ortman (2002) consideram que empresas não divulgam informações geográficas para evitar práticas de dumping e Aillón *et al.* (2012, p. 12) “[...] as empresas agregam informações e optam por não divulgar por região geográfica, como uma forma de barreira de entrada e resguardar a divulgação de algumas informações estratégicas da empresa”. Entretanto Nichols e Wilder (2002) acreditam que essa divulgação melhora a informação do usuário sobre riscos políticos enfrentados pela empresa e Hope (2008) considera que são importantes para monitorar ações gerenciais e conhecer o valor da firma.

Outra pesquisa é a de Souza (2013) que conclui a existência de fatores fundamentais que influenciam na divulgação das informações por segmento tais como o tamanho, endividamento, governança corporativa e auditoria Weschenfelder e Mazzioni (2014), concluíram, ao analisarem 127 instituições listadas no Novo Mercado, que empresas que emitem ADRs e companhias que são auditadas pelas Big Four apresentam um menor nível de evidenciação do que as demais.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente estudo foi realizado mediante uma pesquisa documental. Conforme definido por Martins e Theóphilo (2009), esta modalidade de pesquisa tem como fonte de dados, informações e evidências os mais variados tipos de documentos, escritos ou não, como diários, documentos arquivados em entidades públicas ou privadas e outros.

A amostra compreendeu as empresas premiadas pelo Troféu Transparência 2013. O prêmio é concedido pela Anefac, Fipecafi e Serasa Expiran para as companhias que apresentam maior clareza nas demonstrações financeiras publicadas. A comissão julgadora avalia rigorosamente a prática de transparência nas informações contábeis; a qualidade do relatório da administração; a qualidade e grau de informações contidas nas demonstrações e notas explicativas; e a aderência aos princípios contábeis.

As vinte companhias objeto deste estudo, vencedoras do prêmio em 2013, estão listadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Empresas ganhadoras Troféu Transparência 2013

Empresas de Capital Aberto Faturamento Acima de R\$ 5 bilhões	AES Eletropaulo
	Braskem S.A.
	Sabesp
	Cemig
	Embraer S.A.
	Gerdau S.A.
	Grupo Pão de Açúcar
	Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras
	Usiminas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.
	Vale S.A.
Empresas de Capital Aberto Faturamento Até R\$ 5 bilhões	AES Tietê
	BM&FBovespa S.A.
	Fibria Celulose
	JSL S.A.
Empresas de Capital Fechado	Tractebel Energia S.A.
	Eletrobras de Furnas
	Embasa
	Energisa Paraíba
	Petrobras Distribuidora S.A.
	Samarco Mineração S.A.

Fonte: Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (2013).

A escolha destas empresas premiadas pelo Troféu Transparência é justificada por se tratar de companhias que apresentam informações com grande qualidade, atendendo aos requisitos e normas contábeis vigentes.

As fontes documentais utilizadas para a pesquisa consistem nas Demonstrações Financeiras Anuais completas, referente ao ano 2012. Tais informações foram coletadas no site da Anefac Prêmio Troféu Transparência 2013. A partir dos dados coletados foi analisado se as empresas divulgaram notas explicativas especificamente das informações por segmento.

O Quadro 1 constante no referencial teórico, com 34 categorias, apresenta os critérios utilizados para análise do conteúdo das notas explicativas de informações por segmento coletadas em consonância com as exigências do CPC 22. Para avaliação foi criada uma variável Nível de Divulgação com valores 0 e 1, onde 0 indica que não foi mencionada a informação e 1 indica que o requisito específico foi atendido na nota explicativa.

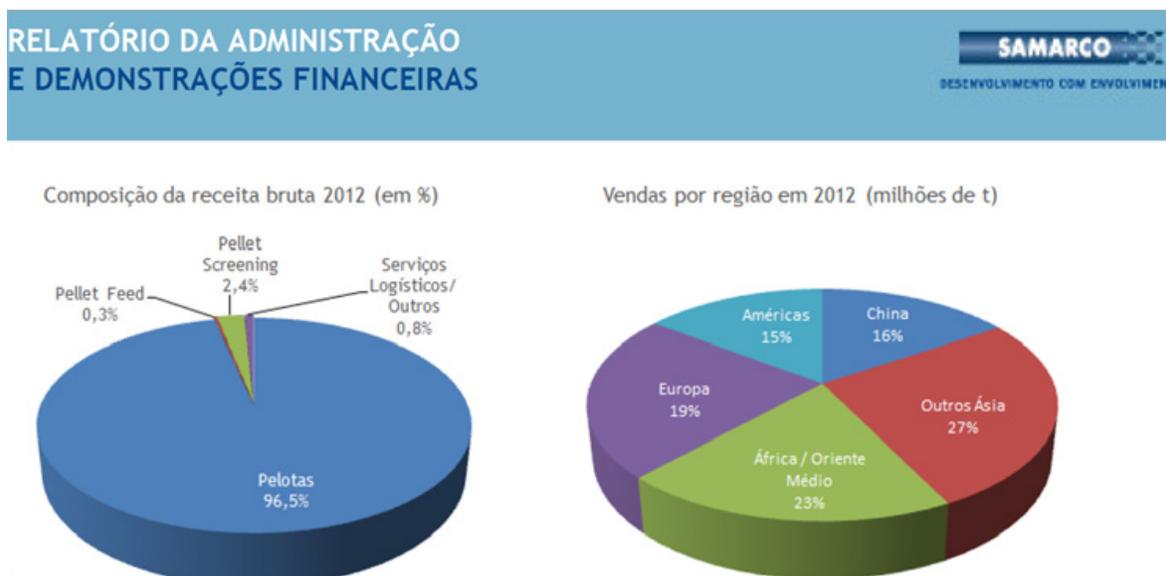
Ao final da análise a soma da variável Nível de Divulgação resulta em valores de 0 a 34 pontos, onde 0 representa que a empresa não atendeu nenhuma das exigências e 34 que atendeu completamente. Para demonstrar a nota total de cada empresa, segundo a variável Nível de Divulgação, foi criado um gráfico tipo barras agrupadas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após análise do conteúdo das notas explicativas observou-se que, apesar da exigência em reportar informações por segmentos operacionais, grande parte das companhias não as divulgaram, ou divulgaram parcialmente.

Verificou-se que três empresas não mencionaram quaisquer informações por segmento sem apresentar justificativas. São elas: Embasa Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A., Eletrobras de Furnas e Samarco Mineração S.A. Porém, no relatório de administração de uma dessas empresas, Samarco Mineração S.A., existem informações por segmentos, conforme Figura 1.

Figura 1 - Parte relatório da administração Samarco



Fonte: Samarco - Demonstrações financeiras (2012).

É possível observar que a empresa Samarco divide suas receitas em quatro segmentos e também faz o acompanhamento de suas vendas em cinco regiões geográficas. Ou seja, embora a companhia não faça menção em suas notas explicativas sobre segmentos, existe uma divisão por negócios e regiões geográficas.

Outras seis empresas: AES Tiete, Energisa – Paraíba, Eletropaulo, Petrobras Distribuidora, Fibria e Tractebel Energia não divulgaram informações por segmento, todavia publicaram uma nota explicativa com a definição de segmento operacional conforme disposto no CPC 22 e alegaram gerenciar o negócio como um único segmento operacional. É o caso da Petrobras Distribuidora, conforme Figura 2.

Figura 2 - Nota explicativa informações por segmento Petrobras Distribuidora

4.23 Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente de entidade:

- que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da mesma entidade);
- cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e
- para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os segmentos operacionais da Companhia são representados pelas atividades de distribuição de combustível e derivados de petróleo e gás e energia.

O segmento de distribuição representa cerca de 99% da receita líquida do Consolidado e 100% dos ativos imobilizados. Os demais segmentos são considerados não divulgáveis, portanto, a Companhia não apresenta informações por segmento.

Fonte: Petrobras Distribuidora - Demonstrações financeiras (2012).

A Petrobras Distribuidora possui 99% de suas receitas vindas de um único negócio que é o segmento de distribuição, nesse caso, não é necessária a elaboração da nota. Entretanto, a não divulgação de informações por segmento por algumas dessas companhias pode estar associada ao que Mourad (2009) chamou de custos da concorrência. Algumas companhias podem não querer divulgar algumas informações por considerá-las privilegiadas. O CPC 22 entretanto considera que as informações devem ser divulgadas somente se utilizadas pelo principal gestor na companhia.

Neste estudo 30% das empresas das empresas mais transparentes declararam que gerenciam o negócio como um único segmento. No artigo de Schvirck, Lunkes e Gasparetto (2013), que analisava as maiores empresas de 2010, o número foi muito próximo, 27%.

As demais empresas, total de onze, 55% da amostra, apresentaram informações por segmento e estão listadas no Quadro 3.

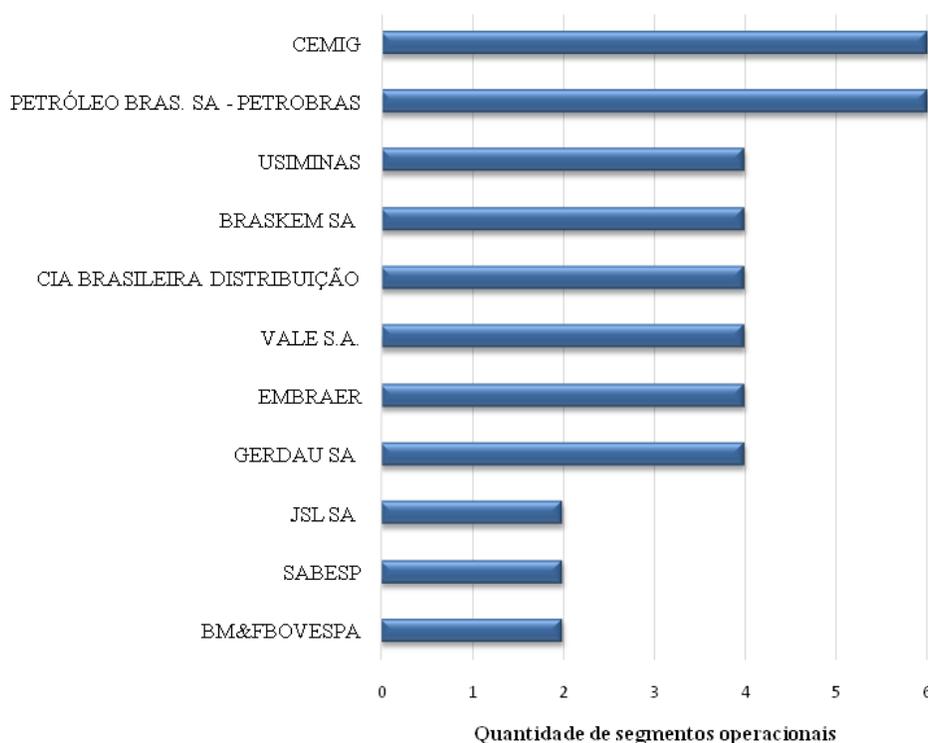
Quadro 3 - Empresas que divulgaram informações por segmento

EMPRESAS ANALISADAS
BM&FBovespa S.A.
Braskem S.A.
Cemig
Cia Brasileira Distribuição
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp
Embraer
Gerdaul S.A.
JSL S.A.
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Essas onze empresas indicaram de dois a seis segmentos operacionais. O Gráfico 1 demonstra a quantidade de segmentos operacionais divulgados por empresa.

Gráfico 1 - Quantidade de segmentos operacionais divulgados por empresa



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2009, p. 6), pode ser estabelecido um limite prático para o número de segmentos divulgáveis apresentados separadamente pela entidade, para além do qual a informação por segmento poderia se tornar excessivamente detalhada. Embora não esteja fixado qualquer limite preciso, se o número de segmentos divulgável for superior a dez, a entidade deve ponderar se o limite prático já não tenha sido atingido.

Nichols e Street (1999), Boscov (2009) e Aillón *et al.* (2012) consideram que as empresas podem selecionar as informações que querem divulgar para ressaltarem somente os resultados positivos. O número de segmentos divulgados pode estar relacionado a isso. O preparador de demonstrações contábeis entretanto deveria se utilizar dos critérios quantitativos estabelecidos, anteriormente comentados neste estudo, para a escolha dos segmentos a serem divulgados.

Uma vez identificadas as empresas que divulgaram as informações por segmento, efetuou-se uma análise das notas explicativas destas empresas no que tange a cada item do CPC 22, isoladamente.

Na primeira análise, quanto aos fatores utilizados para identificar os segmentos divulgáveis da entidade, item 22(a) do CPC, conclui-se que a empresa Gerdau S.A. utilizou o fator área geográfica na segmentação, a Embraer S.A. efetuou a segmentação por produtos e área geográfica concomitantemente, enquanto todas as demais companhias utilizaram apenas a segmentação por produtos.

Com relação ao aspecto do detalhamento dos tipos de produtos ou serviços de cada segmento divulgado, item 22(b) do CPC, apenas seis empresas, o que representa 54,55% do total de onze, atenderam à exigência da norma, a saber: Vale S.A., Petróleo Brasileiro S.A., Gerdau S.A., Braskem S.A., BM&FBovespa e Embraer.

A seguir, apresenta-se parte da nota explicativa da Braskem S.A. que atendeu a este requisito da norma e efetuou o detalhamento dos produtos e serviços de seus segmentos.

Figura 3 - Parte da nota explicativa nº 36 da Braskem S.A.

Braskem S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

36 Informações por segmentos

A estrutura organizacional da Companhia apresentada nesta nota reflete (i) a reestruturação ocorrida e divulgada em abril de 2012, através da qual os negócios de polietileno verde, agora designados como “Renováveis”, foram realocados ao segmento de Poliolefinas; e (ii) a descontinuação do segmento “Distribuição Química” (Nota 6). As informações de 2011 foram reapresentadas para contemplar essas alterações.

Os atuais segmentos operacionais são os seguintes:

- **Petroquímicos básicos:** compreende as atividades relacionadas à produção de petroquímicos básicos e suprimento de eletricidade, vapor e ar comprimido para os produtores da segunda geração, localizados nos polos petroquímicos de Camaçari, Triunfo, São Paulo e Rio de Janeiro.
- **Poliolefinas:** compreende as atividades relacionadas à produção de PE, PP e Renováveis.
- **Vinílicos:** compreende as atividades relacionadas à produção de PVC, soda cáustica e cloro.
- **Negócios internacionais:** contempla as operações da Braskem nos Estados Unidos e na Europa. A partir de outubro de 2011, os resultados das plantas adquiridas da Dow Chemical são agregados ao resultado desse segmento, conforme divulgado na Nota 5.

Fonte: Braskem S.A. - Demonstrações Financeiras (2012).

Nota-se que a empresa Braskem S.A. fez uma descrição detalhada dos seus segmentos operacionais. Ressaltou suas atividades de atuação e ainda informou sobre reestruturações e descontinuidades.

Na Tabela 1 são apresentados os percentuais das empresas que publicaram informações sobre o lucro ou prejuízo, ativo e passivo de cada segmento operacional conforme disposto no item 23 do CPC.

Tabela 1 - Informações sobre o lucro ou prejuízo, ativo e passivo (item 23 CPC)

Item de divulgação	Empresas	%
Lucro ou prejuízo do segmento divulgável	11	100%
Ativo total do segmento divulgável	8	73%
Passivo do segmento divulgável	4	45%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

A análise evidenciou que 100% das empresas divulgaram o lucro ou prejuízo de cada segmento operacional, 73% das empresas divulgaram os ativos de cada segmento e apenas 45%, quatro empresas, divulgaram os passivos de cada segmento operacional. Divulgar o lucro por segmento é importante para conhecer, como relatado por Iudícibus et al. (2010), o mix de produtos de uma companhia. Considerando que a maioria das companhias, conforme anteriormente apresentado, divulga seus segmentos por produtos, é possível entender a razão de ser de alguns negócios, suas rentabilidades, investimento em ativos e em alguns casos, as principais fontes de recursos.

Das oito empresas que evidenciaram os ativos para cada segmento operacional, três destacaram-se por detalhar as informações desses ativos: Embraer, Companhia Brasileira de Distribuição e Petrobras.

Observou-se que, das empresas que não divulgaram informações dos ativos e passivos de seus segmentos operacionais, apenas uma, a Braskem S.A., apresentou justificativa: “A companhia não divulga os ativos por segmento já que essa informação não é apresentada ao seu principal tomador de decisões.” (Braskem S.A., Nota explicativa 36.a, 2012, p. 124).

Ainda de acordo com o item 23 do CPC, as empresas devem divulgar separadamente por segmento operacional: receitas com clientes externos; receitas com clientes internos; receitas financeiras; despesas financeiras; depreciação e amortização; itens significativos de receitas e despesas; despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social; e itens não caixa considerados materiais. A Tabela 2 apresenta os resultados de divulgação na avaliação por esses requisitos.

Tabela 2 - Informações para cada segmento divulgável (item 23 do CPC)

Item de divulgação	Quantidade de Empresas	%
- receitas provenientes de clientes externos;	7	64%
- receitas de transações com outros segmentos operacionais da mesma entidade;	5	45%
- receitas financeiras;	2	18%
- despesas financeiras;	2	18%
- depreciação e amortização;	8	73%
- itens significativos de receitas e despesas (de acordo com o item 97 CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis);	3	27%
- a participação da entidade nos lucros ou prejuízos de coligadas e joint ventures contabilizados pelo método de equivalência patrimonial;	7	64%
- despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social; e	6	55%
- itens não caixa considerados materiais, exceto depreciação e amortização.	1	9%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Na análise dos resultados apresentados na Tabela 2, destaca-se a divulgação de receitas e despesas financeiras por apenas duas empresas. Algumas empresas divulgaram apenas o resultado financeiro líquido, o que foi desconsiderado na análise por não estar inteiramente de acordo com o disposto no CPC 22. A divulgação de receitas por segmento pode contribuir, conforme Hermann e Thomas (1997), na avaliação de riscos por parte dos usuários das demonstrações contábeis.

Em relação a divulgação de despesas com depreciação e amortização, a empresa JSL S.A. não divulgou tal despesa na nota explicativa de informações por segmento, no entanto, divulgou a informação na nota explicativa de despesas administrativas e comerciais.

Figura 4 – Nota explicativa nº 30 da JSL S.A.

30. Despesas administrativas e comerciais



	Controladora		Consolidado		Informações suplementares	
					Logística	Concessionárias
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2012
Salários e encargos sociais	(82.824)	(52.099)	(180.959)	(66.695)	(104.621)	(76.338)
Prestação de serviços	(25.439)	(24.485)	(44.964)	(33.101)	(32.005)	(12.959)
Telefones	(9.468)	(7.311)	(11.303)	(7.869)	(9.695)	(1.608)
Aluguéis de imóveis de terceiros	(3.803)	(3.260)	(23.703)	(4.078)	(8.286)	(15.417)
Propaganda e publicidade	(5.102)	(6.493)	(14.549)	(6.767)	(6.706)	(7.843)
Estorno / (Despesa) com provisão com crédito de liq. duvidosa	(5.569)	(4.502)	(2.589)	(5.745)	(2.898)	309
Perdas efetivas do contas a receber	(3.810)	-	(5.270)	-	(5.270)	-
Comunicação	(2.586)	(3.971)	(3.176)	(4.812)	(3.108)	(68)
Manutenção e conservação predial	(5.932)	(2.517)	(10.445)	(2.650)	(6.489)	(3.956)
Viagens, refeições e estadias	(1.948)	(2.079)	(4.112)	(2.213)	(2.102)	(2.010)
Depreciação	(3.195)	(1.353)	(8.868)	(1.835)	(3.532)	(5.336)
Impostos, manutenção e conservação de automóveis	(733)	(1.005)	(15.925)	(1.400)	(1.870)	(14.055)
Outras despesas administrativas e comerciais	(10.315)	(7.060)	(33.189)	(20.559)	(17.333)	(15.856)
Total despesas administrativas e comerciais	(160.724)	(116.135)	(359.052)	(157.724)	(203.915)	(155.137)

Fonte: JSL S.A. - Demonstrações financeiras (2012).

É possível notar que as duas últimas colunas da nota explicativa de despesas administrativas e comerciais abordam as informações dos segmentos de logística e concessionária da JSL S.A.

A empresa Cemig foi a que mais detalhou as informações exigidas pelo item 23 do CPC. No entanto o excesso de informações pode confundir a análise e surtir efeitos negativos. Muitas vezes o excesso de informações pode esconder as informações mais importantes. A seguir, parte da nota explicativa dessa empresa.

Figura 5 – Nota explicativa nº 05 da Cemig

DESCRIÇÃO	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE 31/12/2012							
	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	TELECOMUNICAÇÕES	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVO	12.913.433	9.928.623	14.156.560	937.528	421.795	2.738.600	(323.425)	40.773.114
INVESTIMENTO	804.340	(178.574)	1.445.841	155.368	32.244	892	-	2.260.110
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.556.378	1.680.311	11.721.547	625.167	136.151	294.383	(553.562)	18.460.375
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA								
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(767.371)	-	(5.274.886)	-	-	(180.697)	271.682	(5.951.272)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(286.575)	(229)	(972.415)	-	-	-	248.623	(1.010.596)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(495.114)	-	-	-	(495.114)
Total Custos Operacionais com Energia Elétrica e Gás	(1.053.946)	(229)	(6.247.301)	(495.114)	-	(180.697)	520.305	(7.456.982)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal e Administradores	(193.672)	(142.710)	(911.233)	(21.200)	(38.885)	(53.096)	-	(1.360.796)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(40.281)	(23.476)	(164.186)	-	(1.477)	(14.235)	-	(243.655)
Obrigação Pós-Emprego	(20.155)	(9.837)	(93.888)	-	-	(10.111)	-	(133.991)
Materiais	(9.910)	(9.839)	(57.846)	(1.002)	(178)	(3.760)	-	(82.535)
Serviços de Terceiros	(170.194)	(96.901)	(807.304)	(8.249)	(22.338)	(50.777)	28.285	(1.127.478)
Depreciação e Amortização	(388.777)	(4.426)	(494.243)	(20.304)	(36.050)	(56.756)	-	(1.000.556)
Provisões Operacionais	1.647	3.808	(386.168)	(147)	(258)	(400.688)	-	(781.806)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(186.384)	-	-	-	-	-	-	(186.384)
Custo de Construção	-	(159.497)	(1.445.841)	(24.856)	-	-	-	(1.630.194)
Outras	(114.148)	(41.327)	(371.170)	(3.077)	(18.967)	(90.900)	4.972	(634.617)
Total Custo de Operação	(1.121.874)	(484.205)	(4.731.879)	(78.835)	(118.153)	(680.323)	33.257	(7.182.012)
CUSTO TOTAL	(2.175.820)	(484.434)	(10.979.180)	(573.949)	(118.153)	(861.020)	553.562	(14.638.994)
Resultado Operac. Antes do Res. De Equiv. Patrim. E Financeiro	2.380.558	1.195.877	742.367	51.218	17.998	(566.637)	-	3.821.381
Ganho na diluição de participação em controladas em conjunto	-	259.325	5.168	-	-	-	-	264.493
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.272)	-	-	-	-	-	-	(3.272)
Receita Financeira	131.046	156.232	327.482	31.476	10.767	2.553.236	-	3.210.239
Despesa Financeiro	(429.091)	(564.206)	(727.146)	(12.415)	(13.182)	(211.875)	-	(1.957.915)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	2.079.241	1.047.228	347.871	70.279	15.583	1.774.724	-	5.334.926
Imposto de Renda e Contribuição Social	(612.031)	(107.245)	(428.719)	(14.370)	(3.626)	(338.102)	-	(1.504.093)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	55.747	(123.425)	373.850	(477)	(2.080)	137.237	-	440.852
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.522.957	816.558	293.002	55.432	9.877	1.573.859	-	4.271.685

Fonte: Cemig - Demonstrações Financeiras (2012).

Vanessa Miranda, analista de crédito do Banco do Brasil, entrevistada por Boscov (2009, p. 85) acredita que “[...] analistas não gostam de muitos detalhes. A informação detalhada dificulta a comparabilidade”. O preparador de demonstrações financeiras da Vale, Marcus Severini, também possui uma opinião similar sobre o assunto; “[...] o excesso de dado nem sempre é adequado, ele pode confundir os usuários”. (BOSCOV, 2009, p. 85).

É importante destacar que o CPC 22 estabelece que as informações sobre as operações devem ser segmentadas conforme o principal gestor administra o negócio, refletindo os mesmos critérios utilizados na contabilidade gerencial e de acordo com as políticas contábeis. Neste requisito o item 27 do CPC dispõe sobre a necessidade de divulgar explicações sobre as bases de mensurações do lucro ou prejuízo, ativo e passivo para cada segmento divulgável.

Verificou-se que neste item, 45% da amostra, cinco empresas divulgaram alguma informação sobre a base de mensuração, a saber: Petrobras, Companhia Brasileira de Distribuição, Gerdau, Braskem e Usiminas. A divulgação deste requisito foi pequena e simplificada. Esse resultado vai de encontro ao apresentado por Souza (2013), que cita que as práticas de divulgação no Brasil são superficiais e pouco detalhadas em vários pontos.

A nota explicativa da Companhia Brasileira de Distribuição se destacou na divulgação deste item conforme apresentado na Figura 6.

Figura 6 – Nota explicativa nº 05 da CIA Brasileira de Distribuição

35. Informações sobre os segmentos

A Administração considera os seguintes segmentos, como segue:

- Varejo – inclui as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Extra Hiper”, “Extra Supermercado”, “Mini mercado Extra”, “Posto Extra” e “Drogaria Extra”.
- Eletro – inclui as bandeiras “Ponto Frio” e “Casas Bahia”.
- Atacado de autosserviços – inclui a bandeira “ASSAI”.
- Comércio eletrônico – inclui os “sites” www.pontofrio.com.br, www.extra.com.br e www.casasbahia.com.br, www.barateiro.com.br e www.partiuviajens.com.br.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito da alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações financeiras. O financiamento do GPA (inclusive custos financeiros e receita financeira) e os impostos de renda são administrados de forma segmentada.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 19 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos quatro segmentos.

A Companhia calcula os resultados dos segmentos utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, entre outros fatores, o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais. Quando as revisões são feitas, os resultados operacionais de cada segmento afetado pelas revisões são corrigidos em todos os exercícios apresentados, a fim de manter a comparabilidade. As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas no quadro a seguir:

Fonte: Grupo Pão de Açúcar - Demonstrações financeiras (2012).

O Grupo Pão de Açúcar, conforme nota explicativa apresentada, utiliza-se de critérios gerenciais na mensuração de seus segmentos. A instituição faz uso de algumas alocações de despesas indiretas corporativas.

Outra ponto analisado foi o item 28 do CPC que estabelece que a empresa reconcilie as informações de receitas, lucro ou prejuízo, ativos, passivos e outros itens materiais das informações relativos ao segmento reportável. Como a mensuração das informações por segmento é feita utilizando-se de critérios gerenciais e envolve muitas vezes preços de transferências e rateios, a nota de reconciliação deve ser muito bem elaborada no intuito de evitar qualquer tentativa de gerenciamento de resultados. A Tabela 3 demonstra a análise percentual de divulgação desse item.

Tabela 3 - Análise divulgação do item 28 - Conciliação

Conciliação do item de divulgação do segmento	Quantidade de Empresas	%
Receitas	11	100%
Lucro ou Prejuízo	11	100%
Ativos	8	73%
Passivos	4	36%
Outros itens materiais das informações evidenciadas.	3	27%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Observa-se que todas as empresas fizeram conciliação das receitas e resultado. A maioria das empresas apresentou a conciliação no mesmo quadro de divulgação do item 23. Nesse ponto, a nota explicativa da Usiminas diferencia-se das demais pela divulgação em tópicos separados, conforme Figura 7.

Figura 7 – Nota explicativa nº 28.2 das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

28.2 Conciliações de ativos, passivos e receitas dos segmentos reportáveis

Os valores fornecidos ao Conselho de Administração com relação ao total do ativo e do passivo, são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras consolidadas. Esses valores são alocados com base nas operações do segmento e no local físico do ativo. As eliminações dos ativos e passivos entre segmentos referem-se a saldos comuns entre as empresas.

(a) Conciliação dos ativos

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Ativos dos segmentos reportados	38.477.174	43.865.349
Eliminação de ativos entre segmentos	(5.702.955)	(10.504.924)
Ativo total	32.774.219	33.360.425

(b) Conciliação dos passivos

Os passivos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do passivo, conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Passivos dos segmentos reportados	14.816.636	16.816.435
Eliminação de passivos entre segmentos	(555.400)	(2.470.215)
Passivo total	14.261.146	14.346.220

(c) Outros itens significativos

	31/12/2012	31/12/2011
Análise de receita por categoria		
Receita bruta de vendas mercado interno	14.112.658	14.458.127
Receita bruta de vendas mercado externo	2.782.821	1.646.320
Deduções da receita bruta, principalmente impostos sobre vendas	(4.186.680)	(4.202.488)
Receita líquida de vendas mercado interno	10.110.794	10.345.344
Receita líquida de vendas mercado externo	2.598.005	1.556.615

Fonte: Usiminas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Demonstrações Financeiras (2012).

A companhia Usiminas fez a conciliação em nota separada e apresentou, sem maiores detalhes, os valores de eliminação de ativos e passivos entre segmentos. Com relação às informações sobre produtos e serviços, item 32 do CPC, quatro empresas atenderam ao requisito. São elas: Vale S.A., Petrobras, Braskem e Usiminas. Outras empresas não atenderam por já terem, em algum momento, divulgado tais informações.

O estudo de Weschenfelder e Mazzioni (2014) apresentam conclusões semelhantes a desse artigo. Poucas empresas investigadas por tais autores citaram o grau de dependência dos principais clientes, o montante de investimentos contabilizados por equivalência patrimonial e a conciliação entre as informações por segmento e o balanço patrimonial.

No requisito informações sobre áreas geográficas (item 33 do CPC) somente a Embraer divulgou os itens exigidos pelo CPC, ou seja, receitas de clientes externos atribuídas ao país sede e atribuídas a cada país estrangeiro; ativo não circulante atribuídas ao país sede e atribuídas a cada país estrangeiro; e informações por região. As empresas Vale, Gerdau, Braskem e Usiminas divulgaram parcialmente as informações, enquanto as demais companhias não mencionaram esse item ou já divulgaram em informações anteriores. Esses resultados confirma o achado de Mande e Ortman (2002) e Aillón et al. (2012) que consideram que a não divulgação pode ser devido a evitar práticas de dumping e servem como barreiras de entrada.

Na análise de informações sobre principais clientes (item 34 do CPC) verificou-se que 18% da amostra, composto pelas empresas Braskem e Usiminas, informaram não terem receitas representativas de um único cliente. A Embraer, 9% da amostra, divulgou o seu principal cliente ao passo que as demais empresas não divulgaram nada a respeito.

Destaque para a nota explicativa da Embraer, a seguir, que divulgou seu principal cliente.

Figura 8 – Nota explicativa nº 39.2 da Embraer S.A.

39.2. Mercado de defesa e segurança
As atividades voltadas ao mercado de defesa e segurança envolvem principalmente a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, a modificação e o suporte para aeronaves de defesa e segurança, além de uma ampla gama de produtos e soluções integradas que incluem radares de última geração, veículos aéreos não tripulados (VANT), sistemas espaciais (satélites) e avançados sistemas de informação e comunicação, como as aplicações de Comando, Controle, Comunicações, Computação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (C4ISR).
A expansão e diversificação do portfólio, antes concentrado em aeronaves militares, foram possíveis devido a uma estratégia de parcerias e aquisições. Um resultado desta diversificação foi à assinatura do contrato para implantação da primeira fase do projeto SISFRON - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - pelo Consórcio Tepra (formado pelas controladas Savis Tecnologia e Sistemas S.A. e OrbiSat Indústria e Aerolevantamento S.A), que contemplará o monitoramento de aproximadamente 650 quilômetros da fronteira entre o Mato Grosso do Sul, Paraguai e Bolívia.
O principal cliente da Companhia hoje é o Ministério da Defesa do Brasil e em particular, o Comando da Aeronáutica, embora a diversificação do portfólio tenha trazido também uma diversificação dos clientes: o Exército Brasileiro, a Marinha do Brasil, o Ministério das Comunicações, além da crescente presença internacional de nossos produtos e soluções.
Segue os principais produtos do portfólio da Defesa e Segurança:
<ul style="list-style-type: none"> • Super Tucano - Aeronave leve de ataque, especialmente desenvolvida para operar em ambientes severos, sujeitos a condições extremas de temperatura e umidade, equipada com sofisticados sistemas de navegação e ataque, treinamento e simulação em voo. • AMX - Jato avançado de ataque ao solo, desenvolvido e produzido por meio da cooperação entre Brasil e Itália. A Embraer foi contratada pelo Comando da Aeronáutica para modernização dessas aeronaves, chamadas de A-1 dentro do cliente, para uma versão batizada de A-1M.

Fonte: Embraer S.A. - Demonstrações financeiras (2012).

O último item analisado foi a divulgação do principal gestor da empresa. Observou-se que oito empresas relatam em suas notas explicativas qual é o principal gestor das informações.

Ao atribuir a variável Nível de Divulgação para o atendimento de cada item, a nota final das empresas variou de 7 a 19. Considerando que a pontuação máxima que poderia ser obtida é igual a 34, verificou-se que nenhuma das empresas explorou todos os pontos mencionados pelo CPC 22.

A Tabela 4 evidencia a classificação geral das empresas através da variável, em que se observa a moda (valor com maior frequência) de 16.

Tabela 4 - Total de requisitos divulgados

Empresa	Variável Nível de Divulgação	%
Usiminas	19	55,88%
Gerdau S.A.	19	55,88%
Cemig	16	47,06%
Vale S.A.	16	47,06%
Braskem S.A.	16	47,06%

continua...

conclusão.

Empresa	Variável Nível de Divulgação	%
CIA Brasileira Distribuição	16	47,06%
Embraer	15	44,12%
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	13	38,24%
JSL S.A.	11	32,35%
Sabesp	9	26,47%
BM&FBovespa	7	20,59%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

O destaque vai para as empresas Gerdau e Usiminas que cumpriram 55% das informações requeridas no normativo. BM&FBovespa cumpriu apenas 20% das exigências. Com os achados da Tabela 4, conclui-se que mesmo as empresas premiadas como mais transparentes apresentam um baixo grau de aderência em relação às exigências estabelecidas no normativo. Existe uma grande oportunidade de melhoria na elaboração dessa nota explicativa. Muitas das informações exigidas pelo CPC 22 já estão disponíveis gerencialmente, os preparadores deveriam compilá-las no formato estabelecido.

A divulgação dessas informações de maneira completa poderia contribuir para promover maior nível de *disclosure* e possibilitar melhorias nas decisões econômicas e na capacidade de projeções.

A sua completa divulgação porém exige um aumento de trabalho para elaboração, divulgação e auditoria, além de haver problemas relacionados a divulgação de informações confidenciais e estratégicas. Muitas empresas, justificando-se que gerencialmente não se utilizam dessas informações em seus processos de tomada de decisão, não divulgam muitos desses requisitos, o que justifica o resultado encontrado na Tabela 4.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi realizada mediante análise de conteúdo das notas explicativas das demonstrações financeiras referente ao ano 2012 das empresas premiadas pelo Troféu Transparência 2013. A análise foi direcionada pelo nível de divulgação das informações por segmento, em conformidade com cada item exigido pelo CPC 22.

Informações por segmento são muito importantes para precificações, avaliações de mix de produtos, predição, avaliação de riscos, e é comprovado, como anteriormente citado, que o *disclosure* pode contribuir com a redução do custo de capital. Entretanto, das vinte empresas premiadas, foram analisadas apenas as notas explicativas de onze empresas, 55%, pois foram essas que fizeram divulgações sobre seus segmentos de negócio.

De acordo com o índice desenvolvido para análise (variável nível de divulgação) observou-se que a tendência, na amostra, é a divulgação pelas empresas de itens como receitas, lucro e ativos do segmento divulgável. Em contrapartida, itens como fatores de mensuração, grau de dependência dos clientes e informações por áreas geográficas tiveram pouca evidênciação.

Apenas duas empresas divulgaram mais de 50% dos requisitos definidos pelo CPC 22, o que demonstra o baixo nível de *disclosure* e uma resistência das companhias em divulgarem informações gerenciais. E, ainda, confirma o achado de Boscov (2009) que as empresas divulgam informações gerenciais dentro de suas possibilidades, preocupando-se com o ataque dos concorrentes e com a divulgação de informações privilegiadas para o mercado.

Diante do pequeno número de informações apresentadas questiona-se se o relatório de informações por segmento consegue realmente transmitir ao usuário externo informações de como a empresa é administrada sob uma ótica gerencial.

Este artigo pode contribuir como um ponto de atenção para que as empresas elaborem tal nota explicativa com um maior detalhamento de informações. O relatório, sendo divulgado com todas as exigências estabelecidas pelo regulador, pode servir como um instrumento útil para que analistas obtenham dados anteriormente só conhecidos gerencialmente.

Para estudos posteriores recomenda-se uma investigação aprofundada com analistas de mercado sobre o nível de satisfação em relação às informações divulgadas na nota de segmentos.

REFERÊNCIAS

- AILLÓN, H. S. *et al.* Análise das informações por segmento: divulgação de informações gerenciais pelas empresas brasileiras. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., 2012, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2012.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE. *Troféu Transparência 2015*. Disponível em: <<http://www.anefac.com.br/trofeutransparencia.aspx>>. Acesso em: 22 ago. 2013.
- BIRT, J. *et al.* Ownership, competition and financial disclosure. *Australian Journal of Management*, v. 31, n. 2, p. 235-263, 2007.
- BOSCOV, C. P. *O enfoque gerencial na divulgação de informações por segmento*. 2009. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BOTOSAN, C. A. Disclosure level and the cost of equity capital. *The Accounting Review*, v. 72, n. 3, p. 323-349, 1997.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 22 – Informações por segmento. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC%2022.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2013.
- GARRISON, R. H.; NOREEN, E. W.; BREWER, P. C. *Contabilidade gerencial*. 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.
- HERMANN, D.; THOMAS, W. Geographic segment disclosures: theories, findings, and implications. *The International Journal of Accounting*, v. 32, n. 4, p. 487-501, 1997.
- HOPE, O. Geographic disclosures. *CA Magazine*, v. 141, p. 54-57, 2008.
- IUDÍCIBUS, S. *et al.* *Manual de contabilidade societária*. São Paulo: Atlas, 2010.
- KOU, W.; HUSSAIN, S. Predictive gains to segmental disclosure matrices, geographic information and industry sector comparability. *The British Accounting Review*, v. 39, p. 183-195, 2007.
- MANDE, V.; ORTMAN, R. Additional analysis of recent segment disclosures of Japanese firms. *International Journal of Accounting*, v. 37, n. 1, p. 51-56, 2002.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MOURAD, N. A. IFRS8: segmentos operacionais: contabilidade internacional: International Financial Reporting Standards - IFRS. São Paulo: Atlas, 2009.
- NICHOLS, D.; WILDER, W. Geographic segment disclosures for the petroleum industry under SFAS 131. *Petroleum Accounting and Financial Management Journal*, v. 22, n. 2, p. 50-67, 2002.
- NICHOLS, N.; STREET, D. Segment information: what early adopters reported. *Journal of Accountancy*, v. 187, n. 1, p. 37-41, 1999.
- SCHVIRCK, E. *et al.* A. Convergência internacional das Normas Contábeis e as alterações na estrutura do relatório por segmentos: da divulgação voluntária ao advento do CPC 22. *Revista Universo Contábil*, v. 10, n. 1, p. 67-83, 2014.

SCHVIRCK, E.; LUNKES, R. J.; GASPARETTO, V. Divulgação de informações por segmento: panorama da aplicação do CPC 22. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 7, n. 2, p. 131-146, 2013.

SOUZA, J. A. Informações sobre segmentos operacionais no Brasil: práticas e determinantes de divulgação. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo Espírito Santo, 2013.

WESCHENFELDER, C.; MAZZIONI, S. Informações por segmento: análise do nível de evidenciação das companhias listadas no novo mercado. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 13, n. 39, p. 21-33, 2014.